

# EDITORIAL

É um grande privilégio dar as boas vindas aos leitores e às leitoras da primeira edição da Revista Jurídica da SADC, uma grande oportunidade na evolução e na articulação da lei e da jurisprudência da comunidade inteira.

Desde o seu começo em 1992, a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC) continua a acumular um crescente código de normas sustentadas pelo Tratado de fundação. A tal lei da SADC inclui vários protocolos, jurisprudência desenvolvida pelo Tribunal da SADC e por outras normas.

Esta revista tem o intuito de disseminar e articular a tal lei da SADC no contexto de integração regional. A revista não se preocupa com leis em jurisdições individuais na SADC. O seu foco será nos seguintes temas gerais:

- Harmonização de leis nacionais no contexto da integração regional na SADC;
- A relação entre a SADC, a União Africana e outras comunidades regionais Africanas;
- Análises comparativas da evolução jurídica na SADC e noutras comunidades de integração regionais;
- Questões relacionadas com os direitos humanos dentro do contexto da integração regional da SADC;
- A jurisprudência, o mandato e a autoridade do Tribunal da SADC, incluindo comentários sobre as decisões do Tribunal;
- Analise e avaliação do Tratado, dos Protocolos e doutras normas da SADC;
- Rever livros e outra literatura pertinentes.

De vez em quando também iremos incluir textos de normas pertinentes na SADC. A Revista será publicada uma vez por ano. As audiências alvo são académicos(as), pesquisadores(as), decisores políticos e estudantes de integração regional. Esta é uma revista sujeita a revisões por críticos com posições equivalentes ('peer-review', em inglês).

A primeira edição contem uma colecção variada e interessante de artigos sobre um grande número de tópicos por eruditos(as), pesquisadores(as) e estudantes proeminentes de integração regional. Estes incluem a contribuição do Professor Emérito Gerhard Erasmus, "O regime de comércio da SADC é um sistema baseado em regras?", a qual realça a importância de desenvolver um regime de comércio baseado em regras na SADC, no contexto do debate global sobre o assunto. Esta é seguida pelo artigo pelo Professor Clement Ng'ong'ola, "Replicação dos processos de solução de controvérsias da OMC na SADC", o qual descreve e discute o Anexo VI do Protocolo no

## EDITORIAL

Tratado da SADC. O comentário da Senhora Precious Ndlovu, “*Campbell vs a República do Zimbabwe*: Um momento de verdade para o Tribunal da SADC, visita novamente a decisão que marca um ponto de referência. No artigo “Estratégias de integração de comércio regional sob a SADC e a EAC (Comunidade da África Oriental): Uma análise comparativa”, o Dr Henry Mutai examina as provisões jurídicas chave para a liberalização do comércio que se encontram nos instrumentos jurídicos constitutivos das duas organizações regionais. O artigo pelo Dr Dunia Zongwe, “Conjurando o risco sistémico através de regulação financeira pelos bancos centrais da SADC”, analisa a Lei Modelo do Banco Central adoptada pelo Comité dos Governadores dos Bancos Centrais da SADC. Na primeira parte dum artigo em duas partes (a segunda parte a aparecer na segunda edição desta Revista), “Aumentando o acesso aos benefícios de previdência social Sul-Africanos por cidadãos da SADC: A necessidade de melhorar acordos bilaterais dentro dum quadro multilateral”, o Professor Marius Olivier reflecte duma maneira crítica sobre o acesso transfronteiriço a benefícios de previdência no âmbito de migração de longa data na região da SADC e a necessidade duma abordagem vinculada em direitos humanos para a facilitação de movimento. No “Revigorando valores Africanos para a SADC: A relevância da filosofia de lei Africana tradicional num mundo globalizado em que existem perspectivas concorrentes”, o Senhor Clever Mapaure tenta demonstrar uma Africologia de filosofia jurídica no contexto dos valores críticos subjacentes ao projecto de integração regional na África Austral. O artigo sobre “Drogas e crime violento na África Austral”, pelo Senhor Charles Goredemba, é uma análise de experiências na região durante as duas últimas décadas. Discute as ligações entre o tráfico de drogas ilícitas e o crime violento. O artigo final nesta edição é um comentário sobre “O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento: roteiro para a igualdade?” pela Dra. Mulela Munalula. No seu comentário a Dra. Munalula realça algumas questões críticas e lamenta o vagaroso passo de implementação, e a longa luta contra atitudes tradicionais como barreiras à integração da igualdade de género na região da SADC.

Além dos artigos acima, incluímos também nesta primeira edição o texto do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, 2008, e uma nota explanatória pelo Professor Werner Scholtz sobre o comentário do papel, das funções e dos termos de referência do Tribunal da SADC. Esta edição também inclui um comentário pela Sra. Trudi Hartzenberg sobre a publicação intitulada Política de Comércio: Um Manual para Parlamentares Africanos. Finalmente, apresentamos uma revisão de dois casos: a primeira, pelo Sr. Ashimizo Afadameh-Adeyemi, examina o caso Barry Gondo e 8 Outros vs A República do Zimbabué; a segunda, pelo Sr. Olufolahan Adeleke, aborda o caso A República Unida da Tanzânia vs Cimexpan (Maurícias) Ltd, Cimexpan (Zanzibar) Ltd e Ajaye Jogoo.

O lançamento desta revista deve-se à inspiração e ao apoio dum número de pessoas e instituições. Desejo sinceramente prestar homenagem a algumas,

## EDITORIAL

particularmente a Sua Exceléncia Juiz Presidente Ariranga G Pillay (Juiz Presidente do Tribunal da SADC e Presidente da Fundação Particular da Revista Jurídica da SADC), ao Professor Nico Horn (anteriormente o Decano de Lei na Universidade da Namíbia e um membro da Fundação Particular da Revista Jurídica da SADC), ao Dr. Anton Bösl (Representante da Konrad-Adenauer-Stiftung em Angola e na Namíbia), ao Charles Mkandawire (o Secretário do Tribunal da SADC) e ao Senhor Hera (anteriormente Presidente da Associação de Advogados da SADC).

Estamos também muito reconhecidos ao Tribunal da SADC pelo seu encorajamento e apoio e à Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung pelo seu generoso patrocínio para esta primeira edição da Revista. Estamos igualmente gratos aos Juizes Supremos do Tribunal da SADC, à Associação de Advogados da SADC, estudiosos(as) proeminentes, funcionários(as) internacionais que generosamente concordaram servir na Fundação Particular da Revista Jurídica da SADC, ao Conselho Consultivo Internacional e ao Conselho Editorial.



**Evance Kalula**  
Redator-Chefe